
Maria Inácia Rezola

Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo

Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo

Emissora Nacional (1974-1975): a radio station at the service of the people

Maria Inácia Rezola (Instituto de História Contemporânea – FCSH/UNL; Escola Superior de Comunicação Social – ESCS-IPL)

irezola@escs.ipl.pt

Resumo

De acordo com o académico britânico John Street, “é sem surpresa que, quando ocorre um golpe de estado, os rebeldes se dirigem primeiro para as estações de rádio e televisão, para assegurar a sua vitória. É também óbvio que um dispositivo para a subsequente manutenção do controlo é a gestão estrita do fluxo de informação” (Street, 2001: 6-7).

Apesar das suas especificidades, o 25 de Abril de 1974 não escapa a esta regra. Desencadeadas através de duas senhas radiofónicas, as operações militares iniciam-se com a tomada do Rádio Clube Português (RCP), Emissora Nacional (EN) e Radiotelevisão Portuguesa (RTP). Conscientes da sua importância estratégica, os capitães de Abril colocam os meios de comunicação social entre os pontos vitais a tomar no início das operações de derrube da ditadura. Alcançado esse objectivo, o Programa do MFA consignava a liberdade de expressão e a promulgação de uma nova Lei de Imprensa. No entanto, a gestão e o controlo dos órgãos de comunicação social rapidamente se transformam numa prioridade, num país que se agita sob um processo revolucionário que transcende qualquer previsão ou projecto idealizado pelos Capitães.

Tal como acontece noutros domínios da vida nacional, a Revolução de Abril marcou um ponto de viragem no jornalismo e nos *media*. Acentuando a importância do fim da censura e da restauração das liberdades, a tónica dominante das obras publicadas sobre o período incide na ideia da “saturação ideológica” e da “impossível neutralidade jornalística” dos órgãos de comunicação social. Alvo de variadas tentativas de controlo por parte de diferentes forças políticas e palco de violentas lutas que contribuíram para o agravamento da tensão política

desses momentos, os meios de comunicação foram actores políticos e uma peça central do processo revolucionário. Em causa esteve não apenas a luta pela liberdade de expressão e de imprensa como também pela definição do modelo político a implementar (Mesquita, 1994; Figueira, 2007).

Com este artigo propomo-nos contribuir para um aprofundamento do conhecimento do período através de uma análise das mudanças ocorridas na Emissora Nacional nos anos de 1974-1975.

Palavras-chave: História dos media; Revolução Portuguesa de 1974-1975; Emissora Nacional; purgas políticas.

Abstract

According to the British academic John Street, "It is no surprise that, when political coups take place, the rebels head first for the radio and television stations in order to secure their victory. It is also obvious that one device for subsequently maintaining control is to manage strictly the flow of information" (Street, 2001: 6-7). Despite its specificities, the 25 of April of 1974 coup is no exception to this rule. Triggered by two radio passwords, the military operations begin with the seizure of Rádio Clube Português (RCP), Emissora Nacional (EN) and Radiotelevisão Portuguesa (RTP). Aware of its strategic importance, Captains' Movement place the media amid the vital points to be taken at the beginning of the Coup d'état. Once the dictatorship was overthrown, the Armed Forces Movement's Program advocated the re-establishment of freedom of expression and information, as well as the enactment of a new press law. However, the management and control of the media rapidly become a priority, in a country shaken under a revolutionary process that transcended any prediction or project idealized by the Captains.

As in other domains of national life, the Carnation Revolution represented a turning point in Portuguese media and journalism. Emphasizing the importance of the end of censorship and the restoration of basic freedoms, the dominant emphasis of published works on the period focuses on the idea of "ideological saturation" and the "impossible journalistic neutrality" of the media. Target of countless attempts of control by different political forces and arena of violent struggles that contributed to the exacerbation of the political tension of these moments, the media were political actors and a centrepiece of the Portuguese revolutionary process. Not only was the struggle for freedom of expression and of the press concerned, but also the definition of the political model to be implemented (Mesquita, 1994; Figueira, 2007).

With this article, we intend to contribute to a deeper knowledge of the period through an analysis of the changes carried out in Emissora Nacional in the years 1974-1975.

Key-words: Media History; Portuguese Revolution of 1974-1975; National Broadcast; Political purges.

Um país em revolução

Enraizou-se na nossa memória colectiva a imagem de que a conquista da democracia e, sobretudo, o 25 de Abril de 1974, foi uma “marcha triunfal”. De facto, nesse dia, em menos de 24 horas, o Movimento das Forças Armadas (MFA) põe termo a uma das mais velhas ditaduras do mundo (1926-1974). No entanto, a rapidez e relativa facilidade com que os jovens capitães levam a cabo a “Operação fim de regime” não nos permitem escamotear os riscos que a mesma encerrava como também o facto de a sua intervenção não se traduzir na imediata instauração de uma ordem democrática. A definição do novo regime ocorre no meio de lutas e violentos confrontos que, sobretudo a partir do Verão de 1975, quase conduziram o país a uma guerra civil. Assiste-se a uma ruptura do sistema, ao colapso da autoridade do Estado e ao desenvolvimento de um processo revolucionário que se prolongará durante quase dois anos.

Existe já um considerável número de estudos que analisa as profundas transformações que se operam no sector da Comunicação Social na sequência do derrube da ditadura. Desde logo, revelando como a imediata abolição da censura deu lugar ao estabelecimento de novos sistemas de controlo, nomeadamente através da constituição, na dependência da Junta de Salvação Nacional, de uma Comissão Ad Hoc para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema (Mesquita, 1988). Depois, demonstrando a “obsessão” de diferentes forças político-militares pelo controlo dos *media*. Os Meios de Comunicação estiveram, desde o primeiro momento, amplamente empenhados na revolução, transformando-se, eles próprios, em activos actores políticos (Figueira, 2007). O “Caso Renascença”, envolvendo a estação radiofónica da Igreja católica, ocupada pelos seus jornalistas é, a este respeito paradigmático, dividindo profundamente a opinião pública nacional (Ribeiro, 2002). O mesmo se deve dizer sobre o “caso República”, cujo impacto transcendeu as fronteiras nacionais na sequência da campanha desenvolvida pelo Partido Socialista (PS), acusando o Partido Comunista (PCP) de pretender tomar o jornal (Rebelo, 1994). A incapacidade do Conselho da Revolução (CR) em gerir a situação, a denúncia de uma escalada mais ampla tendo em vista o controlo dos meios de comunicação e a crise política que o episódio despoleta (crise do IV Governo Provisório), fazem deste um episódio central da revolução portuguesa.

Outro aspecto enfatizado pelos autores que estudam o período é a luta política e influência dos sindicatos e comissões de trabalhadores nas redacções e empresas. Num primeiro momento, os conselhos de administração e de gestão das estações radiofónicas e da televisão, bem como dos principais jornais, foram forçados a afastar-se. Muitas redacções foram depuradas dos elementos tidos como comprometidos com o regime deposto. A 2 de Maio, a comissão de trabalhadores do Rádio Clube Português exige a demissão dos directores. Rodolfo Iriarte, chefe

de redacção, assume o cargo de director interino do jornal *A Capital*, em substituição de Henrique Martins de Carvalho. No dia seguinte, o *Diário de Lisboa* anuncia uma ampla reestruturação que passa pela entrega da gestão jornalística do diário à sua redacção, agora completamente independente da administração da empresa. No Diário de Notícias os trabalhadores mobilizam-se e afastam o director, administradores e outros elementos dos quadros da empresa acusados de conivência e colaboracionismo com a ditadura. Iniciado poucos dias depois do derrube a ditadura, o duro confronto entre a direcção e os trabalhadores de *O Século* leva não apenas ao afastamento do seu director, em Fevereiro de 1975, como ainda à ocupação da redacção (Outubro de 1975). O confronto entre trabalhadores e direcção do *Jornal do Comércio* dá lugar a uma longa greve que, desencadeada a 22 de Agosto de 1974, se arrasta durante meses. Em suma, os meios de comunicação não escapam à agitação e conflituosidade que percorre a sociedade portuguesa durante a revolução.

Com este artigo propomo-nos contribuir para um aprofundamento do conhecimento do período através de uma análise das mudanças ocorridas na Emissora Nacional nos anos de 1974-1975. O tema afigura-se-nos de extrema importância. Desde logo porque a Emissora Nacional fora a estação oficial e um dos meios de comunicação mais poderosos da Ditadura (Ribeiro, 2005; Santos, 2011). Depois porque, acompanhando uma tendência verificada noutros órgãos de comunicação social, ela vai ser palco de profundas convulsões, reflexo das lutas mais amplas que atravessam o país. Como observava no Verão de 1975 o então tenente Álvaro Esteves, ex-adjunto da direcção da estação, a "Emissora Nacional, que durante largos anos foi um dos órgãos mais responsáveis da alienação fascista, é hoje o reflexo da luta que se generalizou" (*A Capital*, 29/8/75).

A pesquisa que desenvolvemos nos arquivos da RTP/EN, complementada com a análise de imprensa da época e entrevistas, permitiu-nos detectar duas linhas de força centrais na evolução da Emissora no período em análise. A primeira traduz-se na preocupação com o estabelecimento de novas normas de funcionamento e de renovação da grelha de programação e constitui, sem lugar a dúvida, uma prioridade depois do derrube da ditadura. Depois, é também necessário assinalar o empenho na renovação dos quadros da estação. A ênfase colocada numa ou noutra vertente não é uniforme ao longo do período em análise, variando de acordo com as mudanças operadas em termos de direcção da Emissora, mas também com os próprios ritmos da revolução. De qualquer forma, desde os primeiros momentos, uma ideia parece inequívoca: a Emissora Nacional era agora uma estação do povo e ao serviço do povo.

Colocar a Emissora Nacional ao serviço da Revolução

Reflectindo sobre a importância da informação radiodifundida no conceito de operação, Otelio Saraiva de Carvalho assinala a relevância das emissoras no plano de operações do 25 de Abril:

“através de comunicados radiodifundidos, podíamos motivar psicologicamente a população para uma adesão ao movimento” (Carvalho, 1977: 315). Como recorda o responsável pelo sector operacional da Comissão Coordenadora do MFA, o facto de não disporem em Lisboa de efectivos suficientes para a tomada de todas as estações de rádio, obrigou-o a centrar a sua atenção “para aquelas cuja potência de emissão as tornasse objectivos verdadeiramente rentáveis. Dentre estas, avultam, obviamente, a Emissora Nacional e o Rádio Clube Português”. Porque, acrescenta,

“Conquistar a «emissora oficial do regime» e silenciá-la, passando a utilizar outra, particular, entretanto também conquistada, parecia-me, do ponto de vista psicológico sobre a população, um golpe excelente. Pela afirmação de força e pela negação de utilização de uma odiosa *his master's voice* que tal acto, simbolicamente, representava” (Carvalho, 1977, p. 315).

Estação particular fundada em 1930, pelo capitão Jorge Botelho Moniz, o Rádio Clube Português não oferecia dificuldades de maior em termos operacionais. Comandado pelo major Costa Neves, o Grupo n.º 10 ocupa o RCP sem incidentes cerca das 3h32. Escolhido para posto emissor do MFA, é aos seus microfones que é lido o primeiro comunicado do posto de comando do MFA pedindo à população que mantenha a tranquilidade (4h26). Diferente se afigurava a situação da sede da Emissora Nacional que dispunha de protecção policial. A missão, entregue a uma força do Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC), é levada a cabo com sucesso e comunicada ao posto de comando da Pontinha às 3h50: “Daqui Maior de Lima 18. Informo ocupámos Tóquio sem qualquer incidente”.

Os relatos de que dispomos sobre as horas que se seguiram dão conta das dificuldades iniciais dos ocupantes da Rua do Quelhas em cortar a emissão que, entretanto, tinha passado para os estúdios de S. Marçal (Serejo, 2001). Vencidas todas as resistências, ao início da manhã, já depois de aos seus microfones ser transmitido um comunicado do MFA (8h30), a emissão é cortada. Nada voltaria a ser o mesmo naquela que, durante décadas (1935-1974) fora a emissora oficial do regime.

O ambiente na EN nos dois dias que se seguem à queda da ditadura é de alguma indefinição, pautando-se sobretudo pelo sentimento de liberdade que invadia muitos locutores e outros funcionários. Segundo o Relatório de Acção do Campo de Tiro da Serra da Carregueira (1974), “de um modo geral descontentes com o anterior regime” os funcionários “receberam com alegria e entusiasmo a mudança oferecida pelo Movimento”. Finalmente, a 28 de Abril, a Junta de Salvação Nacional designa uma comissão «ad-hoc» (Comissão Administrativa) para dirigir a Emissora Nacional, iniciativa que, sem dúvida, constitui a primeira mudança de vulto na estação. Integrando três oficiais das Forças Armadas (Delfim de Campos Moura, José Maria de

Azevedo e Adalberto Machado e Moura), esta direcção inaugura uma tendência que se manterá durante todo o processo revolucionário: a ocupação dos cargos directivos da Emissora por militares do MFA.

Activo membro do Movimento dos Capitães, autor do primeiro documento-proposta de cariz político, José Maria de Azevedo destacou-se no processo de elaboração do Programa do MFA. Campos Moura, por seu lado, fizera parte do "grupo de comandos" que procedera ao assalto ao Rádio Clube Português. Um ano mais tarde integraria, conjuntamente com Machado Moura, a 1.ª Comissão Nacional de Eleições, em representação do MFA. Apesar do seu carácter provisório, é no curto mandato desta Comissão Administrativa que se operam as mais determinantes mudanças na EN.

Estabelecendo como prioridade a manutenção da estação em funcionamento, colocando-a ao serviço da revolução, as primeiras ordens de serviço da Comissão Administrativa determinam uma nova orientação para a programação que deveria obedecer aos princípios do Programa do MFA e ao novo poder político. Paralelamente, e uma vez que, conotados com o anterior regime, os principais dirigentes da emissora tinham sido afastados, estipula-se também que os assuntos normais de programação sejam geridos pelos quadros de chefia que se mantinham em funções, ou seja, pelos chefes de repartição e de secção. Segundo as instruções então emitidas pela nova direcção, a sua acção deveria ser desenvolvida com "discernimento e eficiência", orientando o pessoal "para os mesmos objectivos, e não, como anteriormente, meros veículos transmissores de decisão vindas de cima" (AH RTP/EN, OS 2, 30/4/74). À Comissão Administrativa cabia auxiliar e orientar superiormente essas chefias no seu trabalho quotidiano, assim como fiscalizar e aprovar os serviços noticiosos. Cumpre referir que esta intervenção nos *media* estava prevista no programa do MFA onde se determina que, apesar da imediata abolição da censura e do exame prévio, a "necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública" obrigava à constituição de uma Comissão Ad Hoc para controle dos meios de comunicação que funcionaria até à promulgação da nova lei de imprensa. Até à sua constituição, a 25 de Junho de 1974, são criadas comissões ad hoc para cada um dos órgãos.

Em termos de programação, operam-se também as primeiras mudanças, sendo suspensos vários programas conotados com o ideário e princípios da ditadura. Encontram-se neste caso os programas "Rádio Rural", "Ginástica Matinal" ou "A Voz do Ocidente", uma rubrica de propaganda anticomunista, popularizada pelo *slogan* "Aqui, Voz do Ocidente, Rádio Moscovo não fala verdade". Paralelamente determina-se o prosseguimento de programas de grande qualidade que, durante décadas, tinham contribuído para o prestígio da emissora. Desta forma garante-se a transmissão directa e integral dos espectáculos do Teatro Nacional de S. Carlos, dos concertos da Orquestra Sinfónica Nacional "que se realizem à noite e uma excelente

programação de discos de música erudita e de festivais de música, recebidos das principais emissoras da Europa” (*O Primeiro de Janeiro*, 5/5/74).

Finalmente, é pedido aos Centros Regionais que, no prazo de oito dias, apresentem um novo mapa-tipo “de características vincadamente locais”, e o “esboço-padrão” de cada programa que desejassem incluir nesse mapa. A decisão fundamenta-se na ideia de que era necessário “personalizar a programação dos Centros Regionais, que há longos anos se enfeudava aos programas de Lisboa” (AH RTP/EN, OS 5, 6/5/74).

Estes ajustamentos na programação exigiam uma reestruturação da empresa em termos técnicos e humanos, de maneira a responder aos “naturais anseios dos profissionais da EN” de “construção de obra nova, digna e significativa” (AH RTP/RDP, OS 13, 15/5/74). A missão, levada a cabo pela Comissão Administrativa e por um conjunto de profissionais expressamente recrutados para o efeito, traduz-se na constituição de uma nova Comissão Coordenadora de Programas e de uma comissão técnica de apoio à reestruturação. Dirigida por Álvaro Belo Marques, a Comissão Coordenadora de Programas integra elementos com experiência no meio (como Nuno Martins, Manuel Tomás ou Carlos Albino) mas também na imprensa escrita (como Jaime Gama, Eugénio Alves ou José Jorge Letria).

Como resultado das primeiras reflexões desenvolvidas por esta comissão, a 23 de Maio é publicado um esquema orgânico transitório do Serviço de Programas, tendo em vista estrutura-lo de forma a permitir “o desenvolvimento do trabalho radiofónico segundo a orientação estabelecida de emissora aberta e atenta às diversas correntes de opinião e às necessidades de esclarecimento do conjunto da população do país, em correcto equilíbrio” (AH RTP/RDP, OS 25, 23/5/74). A antiga estrutura fortemente vertical e hierarquizada (presidente, direcção, subdirecções), dá lugar a uma estrutura horizontal de cinco serviços (de Programas e Planificação; criativos; informativos; realização; de apoio) encimada apenas pela Direcção de Programa.

Os problemas organizativos e de funcionamento são, no entanto, mais vastos, sobretudo porque a reorganização da Emissora Nacional passava também pelo afastamento de pessoas comprometidas com o anterior regime e pela renovação dos seus quadros. As purgas políticas (*saneamentos*), verificadas em quase todos os sectores da vida nacional e, em particular, nos meios de comunicação social (RTP, *O Século*, *Diário de Notícias*, ...), são particularmente amplas na EN. Depois de uma fase inicial, relativamente tímida, em que se opera o afastamento dos elementos tidos como afectos à Ditadura, inaugura-se um novo momento, de purgas mais amplas, que afecta quase todos os serviços e direcções. Reflexo de uma luta entre grupos portadores de diferentes propostas políticas para o futuro do país, estas purgas alteram significativamente a voz da Emissora.

Os saneamentos na Emissora Nacional são desencadeados imediatamente depois da entrada em funções da comissão administrativa militar. O Relatório de Acção do Campo de Tiro da

Serra da Carregueira (1974), deixara patente que o principal problema se encontrava entre os funcionários superiores que estando “de tal modo influenciados pelos métodos e subserviência anteriores” dificilmente “se adaptarão ao novo estilo que a EN terá de adoptar para bem cumprir a sua missão”. Assim, acusados de comprometimento com o regime deposto, os principais dirigentes da emissora (como o presidente da Direcção, Clemente Rogeiro, e o director de programas, Alberto Represas), são afastados. A primeira leva de saneamentos, de 30 de Abril, conduz também à suspensão de dois chefes de divisão, do director de serviços técnicos e do chefe de repartição da Informação.

Até ao final do seu mandato, a Comissão Administrativa procederá a mais de 70 suspensões incidindo não apenas sobre quadros de chefia (chefes de divisão e de repartição, directores de serviços, intendentes de emissores regionais), mas igualmente sobre órgãos e gabinetes (Conselho de Programas, Conselho Pedagógico, Conselho de Planeamento de Programas, Gabinete de Estudo de Programas, Gabinete de Apoio à Informação, Gabinete de Análise de Programas) e vários correspondentes no estrangeiro. De acordo com as instruções então emitidas, os suspensos devem “fazer entrega completa dos meios de serviço na sua posse e abster-se de entrar em qualquer instalações da Emissora Nacional sem prévio conhecimento e aprovação” da Comissão Administrativa (AH RTP/RDP, OS 4, 2/5/74). Estas suspensões são, no entanto, apresentadas como provisórias, prevendo-se que os suspensos continuem a receber o seu vencimento (Determinação 7, 20/5/74).

A intervenção da Comissão Administrativa é amplamente aplaudida pelos trabalhadores da empresa que, reunidos em Assembleia, a 2 de Maio, acusam os visados de praticarem actos repressivos e censura interna. A partir de então, assiste-se à constituição espontânea de grupos que se propõem auxiliar a Comissão Administrativa na sua acção saneadora. Particularmente activos, os locutores da Emissora Nacional são dos primeiros a organizar-se e a elaborar umas bases que “servirão para o estudo e resolução dos múltiplos problemas com que se têm defrontado”. De acordo com a resolução que então aprovam, sendo a Emissora Nacional um “veículo de informação e cultura do povo e para o povo, e não instrumento de deformação e despolitização das massas”, urgia “promover o saneamento e reestruturação da Emissora Nacional, em particular, de toda a sua programação para que assim seja restituída a voz do Povo português” (*O Primeiro de Janeiro*, 3/5/74).

Cabe referir que, apesar do ímpeto saneador da direcção e dos funcionários, os primeiros saneamentos na Emissora Nacional apresentam algumas particularidades. Desde logo porque várias das suspensões decretadas (12) são anuladas ainda durante o mandato da Comissão Administrativa, deixando patente alguma desorientação, senão mesmo de precipitação.

Com um quadro de pessoal que rondaria os 800 funcionários, as suspensões efectuadas no primeiro mês não deixam de ser significativas, afectando certa de 9% do pessoal da Emissora

Nacional. O número de rescisão de contractos (a pedido do próprio ou por transferência), não é expressivo (5).

O motivo principal para os primeiros afastamentos foi, como referimos, o comprometimento com o regime deposto mas também as práticas profissionais pouco democráticas. No entanto, há excepções a esta regra, destacando-se, neste contexto, o chamado “caso Regala” que se traduz na primeira demissão efectiva. José Eduardo Ançã Regala é demitido na sequência da leitura, aos microfones da EN, a 13 de Maio, de uma notícia apelando à mobilização em apoio da greve do jornal *O Século*. De acordo com a Comissão Administrativa, que contou com o apoio dos coordenadores de informação, a notícia era tendenciosa e geradora de “confusão no público”. O caso provoca a indignação dos trabalhadores de *O Século* e uma onda de solidariedade que mobiliza várias emissoras (RR, RCP e EN) e a redacção do *Expresso*. Segundo este semanário, na Emissora Nacional os saneamentos tinham começado “à esquerda” (*Expresso*, 18/5/74). A emergência de situações deste tipo (que se tornará frequente em fases posteriores da Revolução) obriga-nos a reequacionar o conceito de justiça política quanto aplicado ao caso português dado que não são apenas os indivíduos conotados com o anterior regime que são saneados ou objecto de perseguição.

Regulamentar e gerir em revolução (Junho 74- Março 1975)

A primeira clarificação da situação político-militar, decorrente da publicação da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, e da definição dos órgãos de soberania do período pré-constitucional, reflecte-se inevitavelmente na Emissora Nacional. Assim, em finais de Maio, a Comissão Administrativa é substituída por uma Direcção presidida pelo tenente-coronel José Guilherme Calvão Borges. Integram a sua equipa Campos Moura e Moreira de Azevedo, que tinham feito parte da comissão administrativa, assim como o major Luís Miguel da Costa Alcides de Oliveira que assume a direcção dos Serviços Técnicos. Mais uma vez, saliente-se, a direcção da Emissora Nacional constituída apenas por militares, facto enfatizado pelo novo presidente ao apresentar-se aos trabalhadores:

“[...] sendo a direcção constituída por militares, ela é garantia de que, durante o seu exercício, a EN, pelo seu carácter nacional, não poderá ser senão um órgão de informação social totalmente integrado no espírito do Programa do MFA, cujo texto é parte integrante da nossa lei constitucional. Por mim posso dizer que já estou a trabalhar inteira e exclusivamente dedicado a esta missão” (*Diário de Notícias*, 19/6/74).

A entrada em funções da nova direcção coincide com a publicação da primeira legislação sobre os saneamentos, onde se destaca o Decreto-lei n.º 277/74, de 25 de Junho. Tendo como

objectivo clarificar algumas situações e criar novos mecanismos para agilizar e ampliar o processo, este decreto estabelece (1) a tipologia de penas a aplicar; (2) a constituição de uma Comissão Interministerial de Saneamento que estudaria e proporia aos ministros as medidas a aplicar; (3) os motivos dos saneamentos (a) "comportamento contrário ao espírito da ordem democrática estabelecida, revelado já depois do dia 25 de Abril"; (b) "a inadaptação do funcionário ao novo regime democrático"; c) "características e qualificações do funcionário que o recomendem para funções diversas das anteriormente exercidas"). Esta legislação, relativamente moderada, é complementada com outros decretos-lei específicos, estabelecendo as regras gerais do processo que vigorarão até ao 11 de Março de 1975.

Neste contexto, a nova direcção da Emissora Nacional estabelece como prioridade a regulamentação dos saneamentos na empresa. De acordo com as normas publicadas a 6 de Julho de 1974, o decreto-lei n.º 277/74 tinha particular significado na Emissora, devido à existência de vários funcionários suspensos e à necessidade de proceder a um aprofundamento do processo. Assim, determina-se (1) dar uma especial atenção ao caso dos funcionários que "tenham tido comprovada actuação" na extinta polícia política (PIDE/DGS) ou nas milícias do regime (Legião e Mocidade Portuguesa); (2) instruir processos aos funcionários já suspensos; (3) possibilitar a realização de denúncias e propostas de saneamento sobre "todo o restante pessoal". Relativamente a este último aspecto, as instruções da direcção da Emissora Nacional são bastante minuciosas: (a) as denúncias e proposta deveriam ser apresentadas no prazo máximo de 20 dias; (b) devem ser apresentadas por escrito, devidamente fundamentadas e assinadas; (c) os trabalhadores devem eleger os instrutores para os processos; (d) uma vez concluídos, os processos serão apreciados pela Direcção, cabendo a esta enviá-los ao Ministério ou à Comissão Interministerial de Reclassificação a quem competia a decisão final (AH RTP/RDP, OS 9/74, 6/7/74).

Ao longo do mês de Julho, este primeiro documento regulador dos saneamentos na Emissora Nacional é complementado com novas instruções onde se clarificam alguns aspectos processuais. Nelas sobressai a ideia de que as denúncias e propostas de saneamento devem ser correctamente fundamentadas e que o instrutor de cada processo deve ser "escolhido de entre os funcionários do mesmo serviço, de categoria ou classe superior à do arguido ou mais antigo que ele na mesma categoria e classe" (AH RTP/RDP, OS 10/74, 10/7/74). Determina-se ainda que os funcionários sujeitos a penas de transferência regressem às secções a que pertenciam antes de 25 de Abril, salvo nos casos de manifesta conveniência dos serviços (AH RTP/RDP, OS 11/74, 12/7/75).

Finalmente, a 18 de Setembro, a direcção da Emissora Nacional determina a criação de uma Comissão Interna de Inquérito para Saneamento e Reclassificação (CIISR). Integrando todos os instrutores eleitos em cada direcção de serviço, num total de 24 membros, a CIISR era dirigida por três elementos a quem competia recolher as propostas de saneamento, seleccionar

as que se encontravam devidamente fundamentadas e promover a sua instrução. Num segundo momento, cabia-lhe elaborar as propostas de pena a aplicar (suspensão, transferência, aposentação ou demissão) e enviá-las à direcção. De acordo com as indicações então emitidas, o processo estaria concluído em finais de 1974, momento em que a Comissão terminaria o seu mandato (AH RTP/RDP, Informação anexa à OS 9/74, 18/9/74).

O processo de eleição dos elementos que integram a CIISR é longo, apenas estando concluído em finais de Outubro. Por isso, uma das suas primeiras determinações será o alargamento dos prazos para apresentação de propostas de saneamento, apelando à colaboração de todos os trabalhadores (AH RTP-RDP – Pasta 1080, Comunicado da CIISR, 30/10/74). As dificuldades avolumam-se. Desde logo, as decorrentes da sua complexa estrutura (secretariado, grupo de pesquisa, grupo de inquérito e grupo de consulta e apoio). Depois, devido à insatisfação de alguns sectores relativamente ao modo como os seus representantes na comissão de saneamento tinham sido eleitos.

Os pedidos de instauração de processo sucedem-se, assim como os protestos quanto à forma como estes estavam a ser conduzidos. Uma das maiores críticas tecidas à Comissão decorre do facto de os suspensos continuarem a receber o seu salário, nomeadamente os que tinham integrado a antiga direcção da EN. Em resposta, a CIISR recorda que todos os processos deveriam ser fundamentados sendo por isso necessário a apresentação de “documentação comprovativa das ligações, mesmo públicas e notórias, dos elementos da ex-Direcção com o Antigo Regime” (AH RTP-RDP – Pasta Nº 1065, Comunicado 5, 8/1/75). Paralelamente, dirige um apelo à Comissão Interministerial de Saneamento pedindo que os funcionários reformados compulsivamente não usufruam de um vencimento e que aqueles cujo “real comprometimento com o regime fascista deposto” se comprove sejam imediatamente demitidos (Comunicado da CIISR, 7/2/75 - AH RTP. RDP).

Apesar desta tomada de posição, os protestos não cessam, sendo sobretudo notório o surgimento de vozes que clamam por purgas mais amplas. Particularmente activa neste domínio, a célula do PCP dos trabalhadores da Rádio de Lisboa denuncia que a rádio “não está a acompanhar a dinâmica do processo revolucionário”, privando o “povo português” de um “importante órgão de formação política”. A sua exigência é que se proceda a um “saneamento não legalista mas revolucionário que afaste dos postos de decisão os que procuram travar o processo histórico” e que a rádio seja “posta decididamente ao serviço da comercialização do nosso povo, ao serviço do reforço da aliança povo-forças armadas” (AH RTP/EN, “Por uma rádio ao serviço da revolução portuguesa, com o MFA”). A ideia de uma rádio do povo ao serviço do povo volta à ordem do dia.

É neste ambiente de convulsão que chegamos a Março de 1975. De acordo com a CIISR estavam nesse momento em curso processos de averiguações a cerca de uma centena de funcionários. No entanto, apenas quatro se encontravam concluídos, resultado um em

arquivamento e os restantes enviados para o Ministério da Comunicação Social. As informações sobre os demais casos são difusas, referindo-se apenas a possibilidade de pronta conclusão dos processos relativos a mais de uma vintena de funcionários, na sua maioria já suspensos (AH RTP-RDP – Comunicado da CIISR, 7/2/75).

Por um saneamento justo, eficaz e irreversível

A 11 de Março de 1975 o país amanhece sob o espectro de um golpe de estado. Tal como ocorrera no 28 de Setembro de 1974, a EN está no centro dos acontecimentos (cf. Santos, 2011: 240): a equipa de radiodifusão da 5ª Divisão/EMGFA ocupa as instalações e interrompe o noticiário para informar do ataque ao RAL1 e apelar à mobilização popular. Fracassada a tentativa de tomada do poder por António de Spínola, inaugura-se uma nova etapa do processo revolucionário caracterizada não apenas pela institucionalização do poder militar (através da criação do Conselho da Revolução - CR), como também pela radicalização da luta política (Rezola: 2006).

É neste contexto que se publica nova legislação que confere ao CR poderes para instaurar processos e abre a possibilidade de as comissões de saneamento serem presididas por militares (Lei 124/75, de 11 de Março). Determina-se ainda uma dilatação dos prazos de denúncia; alarga-se o âmbito dos saneamentos (atingindo, por exemplo, os reformados); possibilita-se a suspensão preventiva e a revisão das sanções; e, finalmente, alarga-se o leque dos funcionários sujeitos a demissão imediata (determinando, por exemplo, a imediata suspensão de todas as pessoas envolvidas em comissões de censura e exame prévio) (decreto-lei 123/75, de 11 de Março).

Estas novas disposições, que apontam para um aprofundamento dos saneamentos, têm inevitáveis reflexos na EN. Datam de então os incessantes apelos da CIISR a um maior empenho dos trabalhadores no processo. O lema "Por um saneamento justo, eficaz, irreversível" passa a integrar quase todos os seus comunicados. Paralelamente, a CIISR intensifica a sua acção suspendendo 10 funcionários, imediatamente após o 11 de Março. Entre estes, estão seis locutores afastados por causa de reportagens ou "afirmações proferidas durante a transmissão das cerimónias fúnebres de Salazar" (*Diário Popular*, 19/3/75). Segundo informações então fornecidas, o número total de suspensões ultrapassa as três dezenas e os inquéritos em curso atingem a centena (*Diário de Lisboa*, 20/3/75).

Apesar destas intervenções, a acção da Comissão de Saneamento da EN continua a ser alvo de contestação. Desde logo com o surgimento de novas vozes que clamam por transformações mais profundas. É o caso da organização de esquerda radical LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária) que exige a completa reestruturação da Emissora Nacional e o saneamento total dos "fascistas e fascizantes" (*Diário Popular*, 19/3/75).

Multiplicam-se também as denúncias sobre pagamentos efectuados a funcionários suspensos e sobre o não cumprimento da nova legislação dos saneamentos. Segundo alguns órgãos de imprensa, "em numerosos sectores" da Emissora Nacional, "reina um clima de decepção, senão mesmo de cepticismo", quando à eficiência da CIIRS, acusando-a de se ter enredado numa teia de burocracia. É neste contexto que, em reunião geral de trabalhadores, se aprova "a constituição de um Conselho Consultivo Revolucionário e o imediato saneamento «não legalista e revolucionário» de elementos afectos ou comprometidos em actividades fascistas" (*Expresso*, 22/3/75). Este clima de contestação leva a CIIRS a fazer a sua "autocrítica revolucionária", pedindo publicamente desculpas pela sua conduta e prometendo corrigir a situação:

"Agarrámo-nos a processos legalistas que, se por um lado, nos eram impostos pela Lei então vigente, por outro, nos foram enredando e mesmo desmotivando, ainda que a actividade e a intenção se mantivessem. Pelo facto nos sentimos penalizados e por tal buscamos a correcção.

Na necessidade de rever posições, apelamos para as forças democráticas existentes na Emissora Nacional e a trabalhadores progressistas, no sentido de uma conjugação de esforços, necessária à definição de uma política revolucionária de saneamento" (*República*, 5/4/75).

O clima de conflituosidade agrava-se quando, em finais de Abril, surgem os primeiros sinais públicos da existência de uma crise na direcção da emissora. Apesar da moção da CIISR reiterando a sua confiança na equipa de Calvão Borges e das manifestações de solidariedade de centenas de funcionários que nas ruas clamam que "a Emissora é do Povo", os rumores de que a direcção estaria demissionária persistem. Segundo alguma imprensa, o problema arrastava-se desde finais de Fevereiro, altura em que a direcção da Emissora Nacional começara a insistir junto do ministro da Comunicação Social para que fosse aceite o seu pedido de demissão (*O Comércio do Porto*, 6/5/75). As razões desta atitude apenas serão conhecidas mais tarde, estando em causa a "intensidade da luta partidária e da luta de interesses individuais" (*Jornal Novo*, 22/5/75). Esta posição é, de certa forma, confirmada pelos trabalhadores socialistas da Emissora Nacional que, em comunicado, denunciam estar em curso na empresa uma escalada "de grupelhos de pseudo-revolucionários que se auto-intitulam de «vanguardas da classe operária»" (*Portugal Socialista*, 14/5/75).

Depois de alguns dias de impasse, em que a hipótese de a Emissora Nacional ficar na dependência directa da 5.^a Divisão é equacionada por alguns órgãos de imprensa, o CR rejeita o pedido de demissão de Calvão Borges (*O Primeiro de Janeiro*, 18/5/75).

Esta solução temporária da crise da direcção da Emissora Nacional não impede que continuem as desconfianças quanto à actuação da CIISR. Os processos arrastam-se. Os seus membros desmobilizam-se, invocando razões de carácter profissional ou pessoal para abandonar a Comissão. O retrato traçado pelo *Diário de Lisboa* é inequívoco quanto às reais possibilidades de sanear os quadros da Emissora Nacional:

“Acontece que, de uma forma geral, as pessoas que possuem informações ou documentos úteis à Comissão de Saneamento, ou não os fornecem (por motivos relacionados com a sua própria segurança) ou preferem guardá-los para uma eventual chantagem. Outras invocam questões de «consciência» como justificação do seu imobilismo e do seu silêncio. [...]

Pela sua parte, os membros da Comissão Interna de Inquérito para Saneamento e Reclassificação, por falta de conhecimentos de investigação e de bases jurídicas, debatem-se com grandes dificuldades de intervenção [...]. Todos estes factores levam a que o saneamento desejável - sempre inatingível por via legalista - não alcance sequer os limites do «possível». Centena e meia de inquéritos abertos, acabarão por produzir um saneamento perigosamente moderado. E os grandes e pequenos reaccionários da estação oficial [...] de há muito se misturam com os trabalhadores progressistas e de cravo ou punho ao peito, provocam a confusão e a divisão e atiram para cima dos partidos toda a responsabilidade da actual crise interna da EN” (*Diário de Lisboa*, 20/5/75)

Em finais de Maio, a hipótese de a Emissora Nacional ser controlada pelos trabalhadores começa a ser ventilada. De acordo com o *Comércio do Porto*, a iniciativa de entregar o poder aos trabalhadores teria partido do próprio Calvão Borges (*O Comércio do Porto*, 24/5/75). A agitação está ao rubro, agravando-se com a constituição de uma Comissão de luta dos trabalhadores demitidos e suspensos da RTP e Emissora Nacional. Neste contexto, a apresentação dos resultados do grupo de trabalho encarregue de estudar a reestruturação da Direcção dos Serviços Informativos da Emissora Nacional parece não ter qualquer impacto. A radicalização da luta política na Emissora Nacional dá lugar a episódios insólitos como o protagonizado pelos locutores do programa da manhã, quando, a 7 de Junho, leem que aos microfones da emissora um comunicado-manifesto contestando um programa anteriormente emitido. Segundo a Direcção da Emissora Nacional, esta atitude encerra uma “perspectiva monolítica da utilização do meio de comunicação” e uma tentativa de imprimir à programação uma “orientação sectorial ou partidária”. Uma atitude de “falta de distanciamento crítico e denunciadora de incapacidade para colocar os superiores interesses da Revolução acima dos

seus pruridos pessoais” que leva a Direcção a punir o responsável pelo programa da manhã (AH RTP/RDP, OS 44/75).

Esta situação explosiva que culmina, em finais de Junho, na demissão da Direcção de Calvão Borges, não é, no entanto, exclusiva da Emissora Nacional. Em termos de comunicação social, a situação era preocupante e turbulenta, com a eclosão dos casos República e Renascença e o crescente conflito em empresas como a RTP, RCP e Século. Em termos gerais, a dissolução da coligação que sustentava o IV Governo Provisório dá conta da crise política mais ampla que afecta o país e que, em breve, provocará o fraccionamento do próprio poder militar (Rezola: 2006).

Que rádio, que povo?

A 3 de Julho toma posse uma nova direcção presidida por Manuel Bouza Serrano. Integram a equipa os capitães Santa-Clara Gomes e Jorge Manuel da Silva Alves e o tenente miliciano Carlos Manuel Rocha de Almeida. No seu discurso, o recém-empossado presidente sublinha a necessidade da “vigilância interna contra os divisionistas”, mas também de proceder a alterações na programação, liquidando de vez o “nacional-cançonetismo” e toda a música reaccionária, e promovendo uma informação “formativa” (*Jornal Novo*, 4/7/75).

A presença na sessão do ministro da Comunicação Social (comandante Correia Jesuíno), do responsável da 5.^a Divisão (comandante Ramiro Correia) e do director do Centro de Sociologia Militar (coronel Varela Gomes), deixa patente a sintonia da nova direcção com o poder gonçalvista. Esta estreita ligação acabará por ter um forte impacto na emissora, num momento em que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves se encontra crescentemente isolado. Quando, a 5 de Agosto, o *Jornal Novo* divulga a intenção do ministro da Comunicação Social de criar uma comissão militar de análise dos meios, com poderes para avaliar a existência de práticas condenáveis e punir os seus responsáveis (*Lei Jesuíno*), as reacções são imediatas. Tal como acontece noutros meios de comunicação, o projecto de Lei gera uma onda de contestação na Emissora Nacional que leva a uma intervenção directa do ministro, determinando a suspensão do funcionário responsável por um dos turnos do programa de noticiário em que é transmitido um excerto da conferência de Imprensa da lista B candidata à direcção do Sindicato dos Jornalistas, contestando o documento (*Luta Popular*, 9/8/75).

As denúncias de que a Emissora Nacional estaria dominada pelo PCP e pela 5.^a Divisão, fazendo parte de uma estratégia de controlo dos meios de comunicação social, atingem o rubro em finais de Agosto na sequência da suspensão de 16 trabalhadores que denunciam a presença de elementos armados na Emissora Nacional na noite de 23-24 de Agosto. Recorde-se, a este respeito que, na noite seguinte, se constituí a Frente Unida Popular (FUP), integrando vários partidos de extrema-esquerda (FSP, LCI, LUAR, MES, PRP/BR, grupo 1.^o de

Maio) e comunistas (MDP/CDE e PCP), com o objectivo de reforçar as posições destes sectores e amenizar o impacto da publicação do *Documento do COPCON*.

Contestando esta situação, os suspensos desenvolvem uma campanha de denúncia do clima na emissora, fazendo referências à existência de um clima de "terrorismo político" e censura interna (traduzida, por exemplo, na proibição de qualquer referência ao *Documento dos Nove*). Na sua perspectiva, "a voz dos trabalhadores" e dos ouvintes não tinha "qualquer eco, tal como não tinha anteriormente" (*A Luta*, 26/8/75).

Reunidos em plenário, a 26 de Agosto, os trabalhadores da Emissora Nacional exigem a reintegração dos funcionários suspensos e a abertura de um inquérito aos acontecimentos. A onda de apoio aos suspensos alarga-se chegando à Assembleia Constituinte pela voz do deputado socialista Igrejas Caeiro. Alguns órgãos de imprensa falam em saneamentos selvagens, comparando este episódio ao caso do *Diário de Notícias* ou do *Documento Veloso* na RTP.

Apesar da autocritica revolucionaria efectuada pela direcção de Manuel Serrano, a contestação na empresa é insustentável, exigindo a imediata demissão da Comissão de Saneamento, assim como a demissão de um membro da Direcção (Jorge Alves) e a abertura de um inquérito aos restantes. Segundo os trabalhadores, a direcção não oferecia "garantias de informação objectiva, independente, ao serviço do povo", não merecendo a confiança dos trabalhadores (*O Primeiro de Janeiro*, 5/9/75).

Ao Verão Quente de 1975, segue-se um Outono escaldante. Apesar do afastamento do primeiro-ministro Vasco Gonçalves em inícios de Setembro, a esquerda revolucionária desencadeia uma série de acções que põe em causa o novo poder político-militar. A 25 de Setembro, manifestantes mobilizados pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas ocupam a Emissora Nacional com o objectivo de dar a conhecer a sua luta. As acções de distúrbio sucedem-se, com particular intensidade em Lisboa, gerando uma situação insustentável. O assalto e destruição do consulado e embaixada de Espanha em Lisboa, a 27 de Setembro, são paradigmáticos da situação.

É neste contexto que, a pretexto de se estar a viver uma situação de emergência, o recém-empossado primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo ordena a ocupação das estações de rádio e televisão a 29 de Setembro. Esse será um dia longo na Emissora Nacional. Enquanto nos Restauradores populares e militantes de extrema-esquerda exigem a Otelo Saraiva de Carvalho que tome o poder, os trabalhadores da Emissora Nacional decidem não acatar as determinações do governo e retomam a programação normal. Centenas de manifestantes concentram-se junto à Emissora Nacional, apoiando a luta dos trabalhadores. Perante uma situação que parece descontrolada, o ministro da Comunicação Social Almeida Santos envia o major João Figueiredo à Emissora Nacional para assumir "plenos poderes" de Direcção. A situação colhe de surpresa os funcionários, mas também a anterior direcção que interpreta o

gesto como uma demissão política. Na sua primeira alocução aos trabalhadores, João Figueiredo afirma que o seu papel seria o de “fazer daquela Estação um órgão do VI Governo”. Recordando que a “Emissora Nacional é do País” e que a Lei de Imprensa “teria que ser cumprida à risca”, Figueiredo alerta para os perigos “de um Chile em Portugal”, para a “hipótese de uma invasão espanhola” ou de “uma guerra civil” (*República*, 30/9/75).

Os primeiros momentos do mandato de João Figueiredo são particularmente difíceis. Os problemas sucedem-se com a ocupação do Emissor Regional da Madeira, que provoca 70 feridos (7 de Outubro), e os constantes problemas com o pessoal de Lisboa. Se nas ruas de todo o país esses são momentos de luta entre os que apoiam e contestam o VI Governo Provisório e os militares moderados, também os trabalhadores da Emissora Nacional se dividem. De um lado, a célula do PCP, denunciando estar em curso um saneamento à esquerda na empresa. Do outro, a comissão de trabalhadores que, rebatendo esta posição, revela publicamente o seu apoio ao VI Governo, “alvo preferencial na hecatombe social em que vivemos, último reduto da Democracia e derradeira via possível para a sociedade sem classes” (*Jornal Novo*, 19/11/75).

É neste ambiente que chegamos ao 25 de Novembro, provavelmente um dos episódios mais controversos da revolução portuguesa (Rezola, 2006: 480-498). Depois de meses de psicose golpista, o confronto parece iminente, opondo os partidários de um modelo de democracia popular e os da democracia representativa. A Emissora Nacional é palco de algumas das operações militares desencadeadas neste contexto, sendo ocupada às 17h por forças da Polícia Militar e do COPCON. Os seus apelos à revolução, em nome de Otelo e do poder popular, serão, no entanto, rapidamente neutralizados com a passagem da emissão para o Porto. A revolução chegara ao fim. Um dia depois do termo do Estado de Sítio, que vigorara em Lisboa durante mais de uma semana, o governo anuncia a sua decisão de nacionalizar todas as estações de rádio (3 de Dezembro). 42 funcionários da Emissora Nacional são suspensos por alegada implicação nos acontecimentos do 25 de Novembro. Outros seis serão suspensos dias depois. A emissora do povo e para o povo voltava a ser uma voz ordeira num país que dá então os últimos passos para a normalização democrática.

Bibliografia

CARVALHO, Otelo Saraiva de (1977): *Alvorada em Abril*, Lisboa, Bertrand.

FERREIRA, José Medeiros (1994): Portugal em Transe. In: MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores e Ed. Estampa.

FIGUEIRA, João (2007): *Os Jornais Como Actores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão quente de 1975*, Coimbra, Minerva Coimbra.

- MESQUITA, Mário (1988): Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Jornalimos, Revista de Comunicação e Linguagens*, 8: 85-113.
- MESQUITA, Mário (1994): O caso República: um Incidente crítico. *Revista de História das Ideias* n. 916: 507-554.
- MESQUITA, Mário (1994): Os Meios de Comunicação Social. In: REIS, António (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores: 360-405.
- REBELO, José (1994): Imagens de um Pretérito Imperfeito. In: MESQUITA, Mário e REBELO, José (orgs.), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Afrontamento.
- REZOLA, Maria Inácia (2006): *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- RIBEIRO, Nelson (2002): *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa, Universidade Católica.
- SANTOS, Sílvio Manuel Rodrigues Correia dos (2011): *Serviço Público de radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade social*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, especialidade de Media e Sociedade, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SEREJO, Fernando (2001): Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*, 4: 65-95.
- STREET, John (2001): *Mass media, politics and democracy*, New York, Palgrave Macmillan.